



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 - Brasília-DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI N. 1.561, DE 2022

Altera o crime de falsidade ideológica previsto no Código Penal, para incluir a conduta de falsificação em banco de dados públicos.

Autor: Dep. Carla Zambelli (PL/SP)

Relator: Dep. Delegado Paulo Bilynskyj

I. RELATÓRIO:

Trata-se de projeto de lei visando, segundo a autora, atualizar o art. 299 do Código Penal, que trata do crime de falsidade ideológica, para tornar o tipo aplicável à falsificação de dados em “banco de dados públicos”.

Sustenta que a medida fortaleceria o combate à corrupção e ilícitos ambientais, alvos das recomendações da Ação 10/2021 do ENCCLA.

Recebo a proposta limpa para análise da CCJC (mérito e art. 54 do RICD), em rito ordinário, sem emendas. Apreciação pelo Plenário.

II. VOTO DO RELATOR:

À CCJC compete, no caso, o exame de mérito e admissibilidade da proposta nos termos do art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

A proposta vem articulada pela forma adequada à espécie, não encontra óbice material na CRFB e está dentro das competências desta Casa.

Doutro norte, vejo que a técnica legislativa e a redação merecem ajustes para tornar eventual lei mais asseguradora, sem possibilidade de extensão de efeitos e, assim, defendermos maior segurança jurídica.

No mérito, com efeito, acompanho a autora no sentido que o crime de falsidade ideológica merece referido ajuste diante da modernização dos meios





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 - Brasília-DF

usados para coleta de dados, sem necessidade de maior justificação.

Diante do exposto, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, voto pela **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei n. 1.561, de 2022, e no mérito pela sua aprovação, na forma do substitutivo que ora apresento.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2024.

Deputado **DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 - Brasília-DF

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 1.561, DE 2022

Acrescenta dispositivos ao art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atualizar a redação do tipo penal de falsidade ideológica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta dispositivos ao art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para atualizar a redação do tipo penal de falsidade ideológica.

Art. 2º O art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 299. Omitir, em documento físico ou eletrônico, inclusive formulário, público ou particular, declaração que nele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de obter benefício, prejudicar direito, criar ou extinguir obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

.....

§ 1º Aumenta-se a pena, de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço):

I - se o agente é funcionário público e comete o crime prevalecendo-se do cargo, função, atribuição ou acesso restrito a informações, plataformas ou sistemas;

II - se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj
Praça dos Três Poderes, Anexo IV, Gabinete 509
70160-900 - Brasília-DF

III - se o objetivo da conduta é prejudicar terceiros.

§ 2º Incorre nas mesmas penas deste artigo quem:

I - inserir informação ou dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos em sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem, ou para causar dano a terceiros;

II - requisitar, ordenar, compelir ou coagir funcionário público ou civil a promover qualquer das condutas previstas neste artigo, sem prejuízo de tipo penal outro aplicável à espécie.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de dezembro de 2024.

Deputado **DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**
Relator

